

PORTARIA Nº 1464 /2013

Dispõe sobre o Sistema de Padronização Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso II, do art. 5º, da Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.816, de 14 de dezembro de 2010, que atribui ao Departamento de Otimização Organizacional da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) a competência de elaborar, assegurar a atualização e disseminar um sistema de padronização organizacional do Poder Judiciário cearense;

CONSIDERANDO a importância da padronização das práticas e métodos necessários às atividades de apoio à prestação jurisdicional, bem como de sua permanente atualização, disseminação e compartilhamento para a eficácia e a eficiência da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que um sistema de normas é o instrumento que possibilita a devida padronização, além de promover o ciclo de melhoria contínua nos processos de trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar as unidades organizacionais administrativas e judiciais do Poder Judiciário cearense de um sistema de normas adequado à sua ação;

RESOLVE:

Art.1º Instituir o Sistema de Padronização Organizacional (SPO) que consiste em um conjunto de regulamentos que instituem normas para elaboração, identificação e controle de documentos.

§1º O SPO contempla o desenvolvimento de padrões em diversas atividades, documentos e processos no Poder Judiciário de forma continuada.

§2º Será elaborado pela Seplag, em módulos a serem entregues de forma progressiva na medida em que forem sendo identificados novos pontos relevantes para a padronização.

Art.2º Determinar que as áreas observem a metodologia definida no SPO quando da necessidade de ações pertinentes ao escopo do referido sistema.

Art.3º Os manuais contendo os modelos e as orientações para o uso constarão na intranet do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art.4º Cabe à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a divulgação e a orientação metodológica necessária à aplicação do SPO nas diversas unidades do Judiciário cearense.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 31 dias do mês de outubro de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº1465/2013

Dispõe sobre a adoção do modelo do Macroprocesso de Aquisições do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso II, do art. 5º, da Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento da Gestão frente aos desafios que visam à eficiência dos serviços prestados, princípio presente no art. 37 na Carta Magna;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V, do art. 3º, da Lei nº 14.816, de 14 de dezembro de 2010, que atribui à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) a competência de "Primar pela otimização organizacional através da normatização, da análise crítica de processos e métodos de trabalho, e da implantação de sistemas integrados de gestão";

CONSIDERANDO os objetivos constantes do Plano Estratégico 2010-2014, aprovado pela Resolução nº 02, 21 de janeiro de 2010, do TJCE, no que se refere à perspectiva Procedimentos, de Buscar a excelência na gestão de custos operacionais e Buscar a modernização contínua;

RESOLVE:

Art.1º Adotar o modelo "Macroprocesso de Aquisições" no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§1º A formalização dos procedimentos, fluxos, formulários e modelos padronizados para a aplicação do Macroprocesso de Aquisições é de responsabilidade da Seplag.

§2º Toda documentação referente a esta portaria, encontrar-se-á disponível na *intranet*.